



# Governo refaz cronograma de privatização da Eletrobras

**ENERGIA** » *Venda de ações da companhia está entre as prioridades do ministro Paulo Guedes*

O pedido do TCU (Tribunal de Contas da União) para analisar por mais 20 dias a privatização da Eletrobras levou governo e empresa a refazerem o cronograma dos próximos passos do processo, mas manterem o esforço para concluir a operação neste ano. A venda de ações da companhia está entre as principais prioridades do ministro Paulo Guedes (Economia) na reta final do mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL).

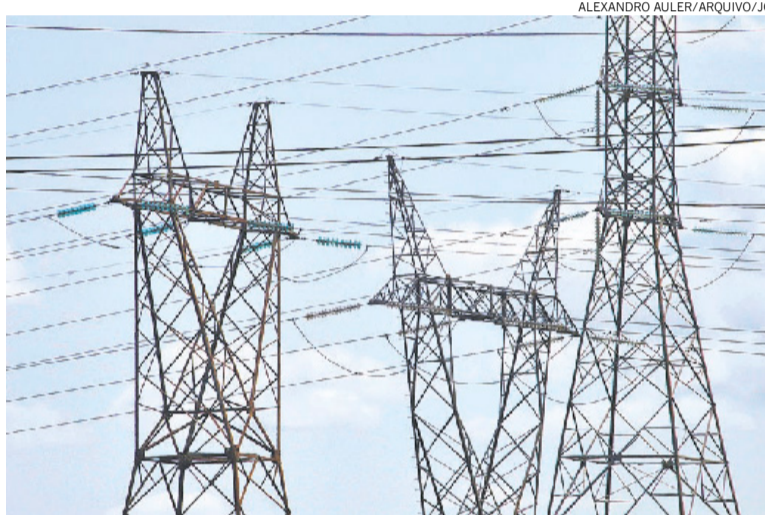
Membros do Executivo e da companhia ouvidos pela reportagem buscaram demonstrar uma visão otimista ao dizer que a privatização ainda pode acontecer em uma janela que se fecha em meados de agosto. Eles reforçam que não há impedimentos legais para a operação acontecer tão perto das eleições e que a mobilização no Executivo é grande para concluir o processo.

Entretanto, as condições de mercado em 2022 são reconhecidas por essas pessoas como o principal risco do processo. Como a operação será feita na Bolsa, a aproximação do calendário eleitoral tende a aumentar a tensão entre investidores e pode, por consequência, inviabilizar a operação. Quanto mais o tempo passa, maior o risco de turbulência.

A União tem hoje uma participação de 72% no capital votante da maior empresa de energia da América Latina, e outros 28% ficam com acionistas minoritários. A intenção do governo é abrir mão do controle e, ao fim do processo, passar a deter 45% (os demais acionistas ficariam com 55%).

Na visão do governo e da empresa, a primeira etapa a ser vencida agora é justamente a conclusão da análise do TCU, após o pedido de vista feito pelo ministro Vital do Rêgo na última quarta-feira (20).

As expectativas sobre essa fase são em parte otimistas, já que a maioria dos integrantes do órgão já se manifestou de forma favorável à operação. Mesmo assim, não



Com 72% do capital da empresa, governo federal quer ficar com 45%

está descartada a necessidade de uma mudança relevante por exigência do tribunal, o que pode complicar o cenário.

Caso o processo seja aprovado sem necessidade de mudanças significativas, o governo ganha sinal verde para o passo seguinte: o registro da operação na CVM (Comissão de Valores Mobiliários, autarquia responsável por fiscalizar o mercado) e na SEC (Securities and Exchange Commission, a CVM americana). A necessidade de avisar o regulador dos Estados Unidos existe porque a empresa tem ações negociadas naquele país e ambos os órgãos precisam receber as informações.

Com o pedido de vista no TCU, não há mais tempo hábil para fazer o registro da operação na CVM e na SEC até o prazo legal anteriormente considerado (14 de maio, ou 134 dias após o encerramento do último balanço).

Agora, as informações só poderão ser entregues aos reguladores a partir de 16 de maio - quando será publicado o balanço do primeiro trimestre da Eletrobras.

A partir daí, os técnicos calculam que os reguladores podem analisar o caso em um prazo de aproximadamente 20 dias. Paralelamente ao pedido na CVM, já seria iniciada a etapa de apresentações em série aos investidores (o chamado "road show", que tem

como objetivo atrair interessados) - que duraria duas ou três semanas.

Por isso, é dito que há possibilidade de fazer a operação entre junho e o início de julho - tendo como data-limite 12 de agosto, considerando o prazo de 134 dias após o último dia do balanço publicado (31 de março).

Caso não seja possível concluir a operação nesse prazo, ainda haveria, em tese, uma chance de fazer mais à frente - até meados de novembro. Mas, nesse caso, a data seria logo após o segundo turno das eleições (que acontecerá em 30 de outubro) e as variáveis envolvidas complicariam bastante o cenário.

A venda de ações da Eletrobras é crucial para Guedes, que prometeu privatizações durante a campanha de 2018 e depois se disse frustrado por não ter conseguido avançar no tema (apesar de várias subsidiárias, como da Petrobras, terem sido vendidas).

Para ele, a Eletrobras não tem capacidade para investir os valores necessários para atender à demanda energética brasileira ao longo dos próximos anos. A privatização, diz, mobilizaria recursos para diversificar a matriz de geração do país, tornar a geração mais limpa, recuperar bacias hidrográficas e destinar dinheiro até para a energia nuclear.

## Smart Support tem soluções de cibersegurança

Os ataques cibernéticos têm preocupado as empresas e instituições no mundo todo, principalmente, no Brasil. Para combater essas ameaças é fundamental o investimento em prevenção e um plano de resposta, caso ocorra. De acordo com o diretor-executivo e também fundador da Smart Support, empresa com 24 anos de atuação, Luciano Alonso, destaca que a Tecnologia da Informação (TI) acabou se tornando uma área de assessoria do segmento corporativo e também estratégica em todos os tipos de negócios.

Alonso explica que a Smart Support se especializou em oferecer ao segmento empresarial as melhores soluções para o enfrentamento às vulnerabilidades e as ameaças. Segundo o especialista, um dos pontos vitais nas corporações é o fator humano. "Mais do que 50% das fontes de invasão estão ligadas ao fator humano." Ele detalha que, neste caso, é necessário o treinamento das equipes. "A invasão de hackers pode impactar o negócio e até fazer uma empresa fechar as suas portas", alerta.

Ele cita também que as empresas têm de estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em agosto de 2020 no Brasil. Alonso explica que todas as empresas devem aplicar os requisitos da lei, não só para os dados pessoais, mas com aplicação em todos os dados de negócios. Esta prática, na visão do especialista, se transforma em ganhos e ele lembra que a LGPD é para toda cadeia produtiva, ou seja, todos estão envolvidos neste processo e são responsáveis pela segu-

rança dos dados. "Tem grandes empresas, que auditam os seus fornecedores". E sendo assim, tanto os colaboradores, como os fornecedores são parte intrínseca no que se refere a observação da legislação.

No Brasil, o órgão criado para a regulamentação da LGPD é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que tem autonomia para aplicar as sanções administrativas sempre que necessárias. Ele destaca que, inclusive, nas relações comerciais internacionais com empresas europeias é necessário que o negociador seja de uma nação que tenha em vigor a sua LGPD.

Alonso reforça que a Smart Support está preparada para oferecer soluções em gestão de TI; suporte técnico; segurança da informação; conformidade com a LGPD e apoio em creditações; bem como, no desenvolvimento Web; armazenamento em nuvem. A empresa também oferece ao mercado equipamentos e softwares de parceiros comerciais, que são fabricantes líderes no mercado mundial.

A Smart Support também conta com empresas parceiras, entre elas, está a i94.Co, que atua na área de tecnologia através do desenvolvimento de portais, sistemas sob medida, sistemas web, aplicativos e integrações. A i94Co possui um hub na Europa, onde tiveram início os debates a respeito da cibersegurança e que culminaram nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados em 2018. Alonso, que está concluindo a sua especialização em Gestão de Segurança Cibernética, também atua na consultoria técnica e comercial da empresa.



Luciano Alonso destaca a necessidade de adequação à LGPD